



## Texto Orientador

**EIXO A:** Sociogeobiodiversidade, urbanização, unidades de conservação, áreas protegidas e turismo.

A educação ambiental como conceito surge em um contexto de crise socioambiental, resultante do modelo de produção e consumo da sociedade moderna. Com o marco da colonização global, genocídios indígenas e industrialização, os impactos antrópicos deixaram de ser em escalas locais e passaram por um processo de hegemonização produtiva e cultural ao redor do mundo, instalando crises sociais e ambientais devido o fundamento deste modelo econômico, que se baseia na exploração infinita de recursos humanos e não-humanos.

O reflexo deste modelo econômico e crise global pode ser visto no município de Florianópolis - ou, Meimbipe, como chamavam os povos originários desta terra. Meimbipe passou por diferentes momentos históricos: da ocupação açoriana e instauração do povoamento de Nossa Senhora do Desterro, para o crescimento deste, para a ocupação pelos imigrantes alemães, italianos, sírio libaneses e outros povos europeus, sendo todos estes momentos permeados pela presença afrodiáspórica e indígena, tão apagadas da história formal da nossa cidade. Até chegarmos no momento atual, iniciado na década de 60 com a construção da BR-101, e intensificado na década de 80 com o turismo de massa, onde as atividades turísticas tomam o protagonismo das perspectivas econômicas da cidade e começam a delinear os meandros sociais e ambientais de Florianópolis. Com o aumento da população da cidade e pressão urbana, acompanhados da instauração de legislações ambientais federais e municipais e o contexto dos movimentos sociais insurgentes da época - entre eles o movimento ecológico - as lavouras que atravessavam a cidade foram palco para a regeneração da Mata Atlântica, outrora exuberante e chamativa aos navegadores de 1600. Assim, com a recuperação de matas, nascentes e rios, são reconstruídos espaços naturais com alto potencial de proteção jurídica, como Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação, estas que hoje garantem que 40% do território insular do município sejam ecossistemas em diferentes estágios de recuperação vegetal, hidrogeológica e edáfica, impondo maior beleza e saúde ambiental, sendo assim também fonte de renda para tantas famílias que vivem das atividades turísticas da cidade.

Entretanto, o desenvolvimento econômico vem com seus altos custos. Com o aumento da indústria, do turismo, da população, vieram diversos elementos de impacto ambiental. A demanda pelo aumento do fluxo de carros e melhorias na mobilidade urbana foi respondido com diversas obras de criação e ampliação de ruas e rodovias, impermeabilizando espaços diversos, inclusive dentro de áreas especialmente protegidas, como a unidade de conservação federal Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, cortada pela construção via expressa sul.

A demanda por mais moradia para uma população crescente, somada à busca por um estilo de vida contemporâneo onde a natureza se torna objeto de venda e consumo, mas sempre atrelada às facilidades do capital, resulta em uma indústria de construção civil e especulação imobiliária, presente de norte a sul da ilha, tanto em espaços não protegidos juridicamente como dentro das áreas protegidas.

Os impactos desse processo de urbanização podem ser visualizados em diversas cidades ao redor do mundo que passaram pelo mesmo processo, hoje em curso no litoral de Santa Catarina como um todo. A devastação de áreas verdes que serviam como corredores e trampolins ecológicos entre áreas protegidas, o aumento da pressão sobre unidades de conservação, a poluição dos rios e das praias com esgotamento tratado e não tratado são alguns dos impactos comuns.

Frente a esse contexto, considerando os diversos deveres dos órgãos públicos ambientais, juntamente com o contexto social e econômico do modelo hegemônico de sucateamento do serviço público, reconhece-se a criação de políticas públicas como estratégia de proteção do meio ambiente e a educação ambiental como medida transformadora, especialmente a longo prazo. Dentre as iniciativas de proteção ambiental propostas e implementadas pelos governos nas diferentes esferas e pela sociedade civil, a educação ambiental é um componente essencial para:

- A identificação, criação e gestão de áreas especialmente protegidas, sejam estas unidades de conservação, corredores ecológicos, parques 3 urbanos, territórios de povos tradicionais indígenas e quilombolas, áreas de preservação permanente e outros espaços protegidos. Comunidades que ocupam estas áreas conservam não só aspectos da biogeodiversidade, mas também fazem a manutenção da sociobiodiversidade, que dependem destes ambientes naturais, sendo o diálogo com elas essencial para uma gestão e manutenção ambiental saudável das áreas protegidas.

- O respeito e fortalecimento dessas comunidades tradicionais, que são fortemente ameaçadas pelo modelo hegemônico capitalista em diferentes regiões do país e do mundo, e possuidoras de diferentes estratégias de resistência vinculadas à biogeodiversidade. Atualmente, uma das alternativas que tem-se mostrado viável e rentável para estas comunidades é o turismo de base comunitária (TBC), no qual a comunidade se organiza e oferece serviços a turistas e visitantes externos, tendo como protagonistas membros da própria comunidade. Vivências do cotidiano, como a pesca, a roça, a produção de farinha em engenhos tradicionais, refeições culturalmente características da comunidade e os caminhos e trilhas do território, são exemplos de atividades que podem ser realizadas. O TBC, devido sua interculturalidade e pelo diálogo com base na prática, é fundamentalmente pedagógico, estando sempre atrelado ao território e ao ambiente no qual está inserido.
- O planejamento de áreas urbanas e cidades sustentáveis, que implica não somente em pensá-las do ponto de vista econômico e social, mas também do ponto de vista ambiental e de redução dos impactos inerentes à urbanização.
- A implementação de opções criativas e críticas que resultem na diminuição das emissões de carbono, da degradação dos ecossistemas e da poluição da água, ar e do solo é urgente, sendo a educação ambiental uma ferramenta que atravessa as discussões, decisões e ações que buscam um desenvolvimento sustentável nas cidades.

Grupo de Trabalho GT  
II Conferência de Educação Ambiental de Florianópolis